



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ATA DE REUNIÃO

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO

Aos 07 (sete) dias do mês de abril de 2017 às 15 h, reuniram-se no Prédio da Av. Paulista, 1842, 4º andar, Torre Sul, na sala de reunião da Adeg, os integrantes da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, presidida pela Juíza Federal Dra. Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni, com os seguintes participantes:

Juiz Federal Dr. Paulo Alberto Sarno

Adriana Barros Verruck (NURE-JFMS)

Adriana Piesco de Melo (UGEP-TRF)

Alexandre Faruolli Ferrareto (NUSA-JFSP)

Antônio Sérgio Rodrigues (NUSA-JFSP)

Daniel Carneiro Silami (Adeg-TRF)

Elisabete de Moraes Carlos Lopes Mataruco (Gab. Desembargador Carlos Delgado)

Gisele Molinari Fessore (DECO-TRF)

Iris Inari Bambi Ujiie Lima (NURE-JFMS)

Jader Carlos Videira (SETI-TRF)

José Roberto da Silva (DECO-TRF)

Leondeniz Candido de Freitas (RAUD-TRF)

Maria Luiza Moreira Pelosini (Adeg-TRF)

Michelle Asato Junqueira (NUES-JFSP)

Rosana Moraes Zonaro (Adeg-TRF)

Rosely Timoner Glezer (UBAS-TRF)

Ausentes, justificadamente, os seguintes membros da Comissão Permanente de Acessibilidade:

Alessandra Ayumi Nomura Marzocca, representada pelo servidor Almir Toshiyuki Kubagawa (SUJ/NUIN-SP), Frank Rogers Pereira (JFMS), Sonia Kiyoko Kawano (RTEN – TRF), representada pela servidora Ligia Otaga (DAEG/TRF), Sonia Regina Torres dos Santos.

A presidente da Comissão, Dra. Luciana Ortiz, iniciou os trabalhos cumprimentando os presentes e consultando os grupos de trabalho sobre o andamento do Plano de Ação.

A situação das deliberações anteriores e as novas deliberações da Comissão foram sistematizadas em nova coluna do Plano de Ação.

PLANO DE AÇÃO - ACESSIBILIDADE

Grupo	Artigos atendidos	Deliberação	Responsáveis	Entrega	Status	Situação/Novas Deliberações
Gestão de Pessoas	Art. 4º, I e §1º	1.Incluir no plano anual de capacitação cursos abordando: atendimento ao público com deficiência; direitos da pessoa com deficiência; LIBRAS	Áreas de capacitação do TRF e SJs	1 e 2. Anualmente 3. Imediato	1. Atendido pelo TRF (SEI 2478417); Atendido pela SJSP (SEI 2621132).	1. Diagnóstico dos serviços oferecidos pela Justiça Federal a ser realizado com o auxílio do membro da Comissão de Acessibilidade da OAB. (Responsável: Adeg - redigir ofício às Comissões de Acessibilidade da OAB SP e MS) – Prazo: 30 dias.
	Art. 10, IV e XII	2.Fazer benchmarking (obtenção de boas práticas) com instituições/comitês (ex. Comitê Paralímpico)			2. Atendido pelo TRF/SJSP (SEI 2621132)	2. Reanálise/homologação do programa VLIBRAS. (Adeg: dar andamento no chamado) – Prazo: 30 dias.
	Art. 20	3.Informar aos novos servidores e magistrados, quando da ambientação, sobre a Res. 230			3. Atendido pelo TRF (SEI 2478417); Atendido pela SJSP (SEI 2529999 e 2621132)	2.1 Após homologação, fazer um plano de comunicação às varas sobre as novas funcionalidades disponíveis. (Responsável: Adeg acionará a ACOM. Prazo: 30 dias após conclusão do item anterior)

					4. Criar uma lista na intranet com os servidores capacitados em LIBRAS (Responsável: áreas de capacitação do TRF e SJs) – Prazo: 30 dias. 5. Realizar pesquisa interna (incluir pergunta sobre interessados em ser multiplicador de LIBRAS). (Responsável: ADEG) – Prazo: 30 dias. 6. Estudar formas de aprimorar a capacitação, visando possibilitar o aprimoramento da habilidade de comunicação em Libras. (Responsável: áreas de capacitação do TRF e SJs) – Prazo: 30 dias. 7. Promoção de ação de sensibilização com palestra sobre o atendimento do deficiente auditivo, a ser realizada pelo prof. Rafael Dias Silva, especialista em Educação Inclusiva, com ênfase em deficiência auditiva. A palestra será gravada para disponibilização na intranet. (Responsável: DECO/TRF).
Art. 21, <i>caput</i> , §§ 2º a 4º	Criar e/ou manter atualizados cadastro de magistrados, servidores, estagiários e terceirizados deficientes;	1.1. Áreas de saúde do Tribunal e SJs 1.2. SJSP	1.1. Atualização até 16/01/17 1.2. 31/03/17	1.1. Atendido pelo TRF (SEI 2449870); pela SJSP (SEI 2621132)	JFMS tem 3 servidores deficientes mas resta pendente levantar se há terceirizados. (Responsável: NURE/SJMS) – Prazo: 30 dias.
Art. 4º, I Art. 27	1. Criação de grupo de estudo para identificar melhores formas/soluções para: atendimento ao público com deficiência; recursos e tecnologias para acessibilidade, inclusive dos postos de trabalho; etc. 2. Fazer benchmarking (obtenção de boas práticas) com instituições/ comitês (ex. Comitê Paralímpico)	Áreas de capacitação e saúde das SJs e outras áreas técnicas, mediante demanda	31/03/17	1. Núcleo de saúde da SJSP fez pesquisa com público interno. As necessidades apontadas foram atendidas? Quais ações serão tomadas (SEI 2621132)?; TRF ainda não formou o Grupo (SEI 2625021) 2. Atendido pelo TRF (SEI 2613237)	1. O grupo concluiu pela desnecessidade de criação de um grupo de estudo, pois os membros da comissão poderão se reunir para tratar de temas pontuais sempre que necessário. 1.1. As demandas de atendimento do público interno com deficiência, reportadas pela SJSP, serão encaminhadas pela comissão às diretorias do foro ou diretoria geral. (Responsável: ADEG) 2. As áreas de capacitação realizarão ações integradas de benchmarking
Art. 4º, §2º	1. Verificar viabilidade de firmar convênio para atendimento ao público em Libras; 2. Pesquisar como outros órgãos suprem a demanda de atendimento em Libras.	Áreas de Gestão de Pessoas do TRF3 e SJs	31/03/17	1. Esclarecimentos prestados pela SJSP (SEI 2621132); 2. Esclarecimentos prestados pelo TRF (SEI 2625021);	Tratado no 1º item de Gestão de Pessoas.
Art. 10, V	Verificar com SEJU se já atendemos a nomeação de tradutores e intérpretes de Libras, custeado pela Administração; verificar no AJG	ADEG	15/01/17	Ação já atendida. SEJU informou que já atendemos.	Foi discutido o problema do baixo valor previsto no AJG para remuneração do tradutor; ficou esclarecido que a questão pode ser resolvida pelo juiz da causa ao fixar o valor dos honorários no limite máximo e oficiar a corregedoria caso haja eventual excedente.
Art. 9º	1. Implantar versão 3.1 do Moodle (plataforma EaD), que conta com recursos de acessibilidade 2. Adquirir software que permita uso de legenda nos vídeos (1ª etapa: oficialização da demanda por software de criação de legenda) 3. Incluir legenda nos vídeos da Carta de Serviços	1. DECO (dependente da SJSP, EMAG e SETI) 2. DECO (dependente de orçamento e da SETI) 3. ACOM/NUCS	1. 31/01/17 2. 2017 3. Ação realizada	1. Implementado (SEI 2478417) 2. Vide (SEI 2478417); Esclarecimentos prestados pelo TRF (SEI 2625021); 3. Ação realizada conforme doc. SEI 2421742	Diniz ajudará a testar o leitor de tela na nova versão do Moodle. Responsável: a DECO/TRF entrará em contato com o servidor para consecução da ação. Diniz será convidado para as reuniões que tratarão da migração das páginas da internet e intranet para auxiliar na avaliação e definição dos requisitos de acessibilidade. Responsável: ADEG. Prazo: sempre que convocada reunião.
Art. 19	Inserir disciplina “direitos das pessoas com deficiência” nos	SEGE/EMAG	Próximos concursos		SEGE e EMAG não se manifestaram. A ADEG provocará novamente.

		concursos públicos				
	Art. 29, §§ 1º a 3º	Normatização da proporcionalidade da redução de jornada/banco de horas aos servidores com horário especial	SEGE (propostas de alteração das normas) /ADEG	28/02/17	Esclarecimentos prestados no SEI 2511421 no sentido de ser inviável.	Abrir processo apartado com a manifestação da DIAF e pedir análise da área jurídica; pesquisar na ADEG se há alguma resolução em outro órgão. Responsável: ADEG. Prazo: 60 dias
Engenharia e Arquitetura	Art. 4º, II e III, §§ 3º e 4º; art. 9º; art. 10, I	Mapear instalações para verificar se atendem à NBR 9050; promover e adotar medidas para eliminação de barreiras físicas e arquitetônicas; mapear reais necessidades quanto ao acesso (passeio público) às subseções	Áreas de engenharia do TRF e SJs	15/02/17	Respondido conforme docs SEI (2380206); (2380215); (2380225); (2380245); (2380267); (2382466); (2382545). Verificar possibilidade de diminuição dos prazos	Dra Luciana informou que na última reunião sobre o assunto ficou decidido que o mapeamento de todas as subseções da SJSP será feito in loco, ficando parte a cargo do Dr. Paulo, parte com ela e parte com o Dr. Renato. Pretende fazer um levantamento completo da situação de cada subseção e assim atender em um menor prazo. A comissão irá sugerir o cumprimento num prazo de 6 meses. Na SJMS a Adriana informou que será atendido o prazo de 6 meses. A Comissão irá encaminhar pedido de priorização das atividades às DFs. Responsável: DFORSP/DFORMS. Prazo: 180 dias
	Art. 4º, § 6º	Garantir a possibilidade de estacionamento para público com deficiência	SSEG e áreas de segurança e transporte das SJs	Imediato	Atendido pelo Tribunal conforme doc. SEI 2408480; Atendido em parte pela SJSP conforme doc. SEI 2520647 e 2526737	Santos já tem vagas demarcadas na via pública (SEI 2465749) Informar se restou alguma subseção com pendência, diante do levantamento realizado no proc. SEI 0001094-21.2017.4.03.8001 (Responsável: DFORSP / prazo: 60 dias) Informar o resultado do levantamento e eventuais pendências. (Responsável: DFORMS / prazo: 60 dias)
	Art. 10, IX	Mapear necessidade de comunicação visual (sinalização) e elaborar cronograma de implementação	Áreas de engenharia do TRF e SJs/DGRA/NUCS	15/02/17	Atendido em 17/02, conforme Informação RTEN 2526052. Obs.: A SJSP apresentou cronograma para a realização de vistoria e não de implementação. Verificar possibilidade de diminuição dos prazos.	Está junto com o cronograma de mapeamento das instalações. Prazo estabelecido de 6 meses.
	Art. 25, §1º	Identificar magistrados/servidores que tenham necessidade de vaga no estacionamento	1. SSEG/ Áreas de saúde do Tribunal e SJs 2. SJSP	1. 16/01/17 2. 30/04/17	1. Atendido pelo Tribunal conforme doc. SEI 2408480 e 2449870. 2. Atendido em parte pela SJSP conforme doc. SEI 2520647 e 2526737	Vide orientação 2 linhas acima.
Tecnologia da Informação e Comunicação	Art. 7º, <i>caput</i> e §1º Art. 10, IX	Levantar reais necessidades das pessoas com deficiência (pesquisa com públicos interno e externo).	ADEG/SETI (sistema de pesquisa WEB)	Abertura do Proc. SEI nº 0002845-46.2017.4.03.8000 Solicitando Programa de Pesquisa	- disponibilizar na internet e em papel pesquisa sobre acessibilidade (Fóruns de SP - JEF, Previdenciário, Cível e Criminal, por 30 dias) - Disponibilizar na página link para o plug-in software Libras (atendido)	Minuta de pesquisa será enviada para validação pelo grupo. Responsável: ADEG. Prazo: 30 dias. Pedir inclusão do VLibras nas páginas de internet de SP e MS. Responsável: ADEG. Prazo: 30 dias.
	Art. 10, XIV	Identificar solução de autoatendimento acessível verificando a relação custo x benefício	SETI (COMIT)	15/02/17		Jader informou que a tendência é acabar com os terminais de autoatendimento, migrando para um sistema parecido com "vista programada de autos".
	Art. 10, XI	Consultar a 4ª Região sobre a adaptação do SEI na versão 3.0 ou previsão para versões posteriores	UDOC	15/02/17	Atendido conforme Informação RDEL 2516080; informa que há recursos de acessibilidade. Sugestão:	Diniz informou que usando o leitor de telas NVDA no SEI antigo encontrou algumas dificuldades pontuais, mas que irá realizar novos testes na nova versão do SEI. Irá

					Pesquisar com o público se são suficientes.	relatar a experiência. Responsável: Diniz – Prazo: 60 dias.
	Art. 7º, §2º	Consultar o CNJ sobre a existência de recursos de acessibilidade no PJe	AGES/SETI	15/02/17	Atendido conforme Manifestação AGES 2478828 (apenas teclas de atalho, alteração de esquema de cores e tamanho de fonte). Pesquisar com o público se são suficientes.	Diniz informou que as ferramentas disponíveis no PJe não são suficientes para a acessibilidade, e que na atual versão não é possível implantar acessibilidade plena, em razão de limitações estruturais. Informou ainda que tem conhecimento de que está sendo desenvolvida uma nova versão do PJe (2.0) já com recursos de acessibilidade. Jader acrescentou que essa versão 2.0 do PJe foi implantado apenas no CNJ e que na comissão do PJe foi deliberado que a instalação nos tribunais para homologação deve ocorrer até o final de abril/17 e a conclusão da avaliação/homologação, até o final de julho/17; que essa nova versão do PJe mudou muito estruturalmente, o que aumenta a chance de falha, sendo necessário passar por uma bateria de testes para ter certeza que poderá migrar para a nova versão sem prejudicar o trabalho de implantação do PJe em si. Ficou estabelecido que haverá uma homologação dessa versão do PJe também quanto a acessibilidade. Diniz pediu para participar da homologação e Jader aquiesceu. Responsável: SETI. Prazo: durante a homologação, com termo final previsto para julho/17
	Art. 10, VIII	1.Verificar possibilidade de melhoria do sistema nos JEFs 2.Orientar/capacitar/criar tutorial sobre utilização dos equipamentos nos JEFs, a fim de obter melhor imagem/som	1.SETI 2.SETI/GACO	1. 15/02/17 2. 15/02/17	1 e 2: Atendido conforme Despacho GACO 2519052	O manual de gravação de áudio foi atualizado. Quanto a gravação de vídeo não está previsto no plano diretor de TI. À SETI para manifestação quanto à possibilidade de compartilhamento dos recursos de gravação das subseções. Informar se tais equipamentos estão disponíveis por Subseção ou alocados em varas.
Comunicação Social	vários	Elaborar Plano de Comunicação sobre as questões mais relevantes que permeiam os temas acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência	Comunicação Social TRF e SJSP (*) /capacitação e saúde do TRF e SJs	15/02/17	Plano de Comunicação juntado ao SEI em 15/02.	Encaminhar a ata para a ACOM para que verifique se o plano atende o que ficou deliberado nessa reunião. Responsável: ADEG. Prazo: após validação da presente ata pelo grupo.
	Art. 10, IX	Definir critérios de produção de conteúdo para as páginas da JF 3R para que garantam acessibilidade	ADEG/SETI /ACOM/NUCS	Reunião em 01/02/17, com definição dos critérios de produção e conteúdo para páginas da JF3R.	Resolução 83/2016 –Pres. Migração da página da internet prevista para set/17 já contemplando tais adaptações	
	Art. 10, XIII	1.Comunicar às Diretorias dos Foros e ACOM quanto à necessidade de utilização de recursos de acessibilidade nas comunicações oficiais 2.Pesquisar soluções/ alternativas – tradutor/ intérprete (ex. AJG, parcerias com instituições especializadas)	ADEG	1. 31/01/17 2. 28/02/17	1. Verificar como seria viabilizado. 2. Entrar em contato com Federação Internacional de Surdos, ADERGIC da PUC SP, instituições indicadas pelo TRT2.	1) Atendida. 2) Entrar em contato com Federação Internacional de Surdos, ADERGIC da PUC SP para obter informações sobre possível parceria, custos para contratação, etc. Responsável: ADEG. Prazo: 60 dias
Planejamento de Aquisições e Contratações	Art. 20	Incluir nas contratações previsão de que a contratada deverá orientar o funcionário deficiente físico sobre seus direitos	Áreas gestoras de contratos (SADI/ SADMs / SETI / SSEG)	Imediato	Atendido pelo TRF (SSEG - doc. SEI 2408480 e SADI/ DAEG - doc. SEI 2654719); Atendido pela SJSP - doc. SEI 2601285	SJMS deve tomar as providências necessárias. Prazo: 30 (trinta) dias.
	Art. 10, IX	1.Verificar a possibilidade/condições de inclusão no contrato de outsourcing o serviço de impressão em Braille.(execução vinculada à ação 2)	1. SETI/SADI/ SADMs 2. ADEG	1. 31/03/17 2. 15/03/17	1. Atendido. A empresa de outsourcing informou que repassaria o custo integral da aquisição. 2. Atendido conforme doc SEI	Foi falado sobre o alto custo de aquisição de impressora em Braille, do resultado da pesquisa que identificou não haver demanda desse tipo de impressão. Diniz acrescentou que o Braille está se tornando um sistema obsoleto.

		2.Verificar qual a demanda real (pesquisa)			2602875. Não há/houve demanda.	
--	--	--	--	--	--------------------------------	--



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Carneiro Silami, Técnico Judiciário - Área Administrativa**, em 10/05/2017, às 16:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ligia Otaga, Analista Judiciário - Área Administrativa**, em 10/05/2017, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gisele Molinari Fessore, Diretora da Divisão de Desenvolv. de Competências**, em 10/05/2017, às 17:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Piesco De Melo, Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas da SJSP**, em 10/05/2017, às 18:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leondeniz Candido de Freitas, Técnico Judiciário**, em 11/05/2017, às 09:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Sérgio Rodrigues - COREN 41804 - SP, Diretor(a) do Núcleo de Saúde**, em 11/05/2017, às 14:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luiza Moreira Pelosini, Diretora da Divisão de Gestão por Processos e Desenvolvimento**, em 11/05/2017, às 15:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rosely Timoner Glezer - CRM 51536, Diretora da Subsecretaria do Pró-Social, Benefícios e Assistência à Saúde**, em 11/05/2017, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elisabete de Moraes Carlos Lopes Mataruco, Técnico Judiciário**, em 11/05/2017, às 17:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jader Carlos Videira, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação**, em 11/05/2017, às 20:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Moraes Zonaro, Assessora de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica**, em 12/05/2017, às 10:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Faruoli Ferraretto, Técnico Judiciário - Área Administrativa**, em 12/05/2017, às 18:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Barros Verruck, Diretora de Núcleo**, em 15/05/2017, às 11:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni, Juíza Federal Vice-Diretora do Foro da Seção Judiciária de São Paulo**, em 16/05/2017, às 10:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Asato Junqueira, Diretora do Núcleo da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores**, em 18/05/2017, às 13:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Alberto Sarno, Juiz Federal**, em 18/05/2017, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Almir Toshiyuki Kubagawa, Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Arquitetura**, em 19/05/2017, às 13:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2749087** e o código CRC **6A98C98E**.